

Peruíbe, 1º de fevereiro de 2021.

De: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Peruíbe – CONDEMA

Para: Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe

A/C Prefeito Municipal Luiz Maurício Passos de Carvalho Pereira

A/C Coordenador dos trabalhos de revisão do plano diretor Maurício Maranhão Sanches

A/C Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Eduardo Ribas

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Peruíbe - CONDEMA, considerado órgão de participação da sociedade civil na Administração Pública Municipal, que se integra ao Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, de caráter consultivo, deliberativo e assessoramento da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Peruíbe, responsável pela formulação, aplicação, controle e fiscalização da Política Municipal do Meio Ambiente, no exercício das suas atribuições legais conferidas pela Lei n. 3.498, de 09 de julho de 2017, e do Decreto n. 4.356, de 28 de agosto de 2017, após deliberação em plenária sobre a proposta de revisão do Plano Diretor do Município, pauta da 6ª e 7ª reunião ordinária, realizadas respectivamente em 11/12/2020 e 15/01/2021 e da 1ª e 2ª reunião extraordinária, acontecidas respectivamente em 22/01/2021 e 29/01/2021, aprovou, por unanimidade, encaminhar a seguinte proposta para a reformulação do referido plano de gestão do ordenamento territorial - plano diretor -, a fim de atender as condicionantes ambientais:

A proposta de alteração da Lei Complementar n. 100/07 – Plano Diretor – apresentada pelo poder público municipal **expande a Macrozona de Recuperação Urbana – com o perímetro urbano – sobre a Macrozona Rural de Desenvolvimento Agroambiental e o Setor Especial de Recuperação Ambiental¹**, o que implicará, entre outros, na recategorização da macrozona da área judicializada pela Ação Civil Pública, cujos

¹ Ressalta-se que o Setor Especial de Recuperação Ambiental se caracteriza pela existência de ocupações e núcleos habitacionais dispersos, APPs degradadas, áreas de mangue, várzeas e restingas fragilizados, e que apresenta como objetivos mínimos orientar as políticas públicas no sentido de **recuperar a qualidade ambiental da sub-bacia do Rio Preto** e promover a recuperação e conservação ambiental de mangues, várzeas e restingas.

limites estão definidos nas páginas 05/09 e 40/51 do Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441, em trâmite na 1ª Vara Cível do Foro de Peruíbe, promovida pelo Estado de São Paulo contra a Prefeitura Municipal e outros, com medida liminar deferida para proibir novas ocupações, construções, acessões, deslocamentos de solo ou quaisquer outros danos ambientais, instalação de água e luz, e suspender qualquer ação de usucapião (anexos 1, 2 e 3).

Ainda, a área em questão está incluída no âmbito do convênio do Projeto Desenvolvimento Sustentável Litoral Paulista – PDSLP e Procedimento Administrativo de Acompanhamento – PAA Nº SIS-MP 62.0375.0000086/2020-8, em trâmite na Promotoria de Urbanismo e Meio Ambiente de Peruíbe, cujo objeto é o acompanhamento, pelo Ministério Público, de todas as políticas públicas e ações da prefeitura visando regularizar o ordenamento territorial, diante das irregularidades e ilegalidades constatadas na implementação dessa política (anexo 4).

Trata-se de um polígono adjacente a áreas também judicializadas pelas Ações Cíveis Públicas ambientais, Processos nº 1000684-79.2019.8.26.0441 da 1ª Vara Cível e nº 0005484-27.2006.8.26.0441 da 2ª Vara Cível, nos quais a Prefeitura é ré e discute a responsabilidade da municipalidade diante da violação de preceitos ambientais e urbanísticos. Ressalta-se que essas áreas exercem vetor de pressão sobre o polígono por estarem submetidas à intensa expansão de ocupação clandestina e degradação ambiental. Nos termos da manifestação do Ministério Público nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1000684-79.2 019.8.26.0441, da 2ª Vara Cível, baseado na Informação Técnica 067/2020 do CTR, a Prefeitura está sendo omissa no cumprimento do determinado na liminar, controle e fiscalização do uso e ocupação dos lotes que estão sendo abertos na localidade e quanto à prática de atos administrativos eficazes à prevenção e repressão de danos ambientais (anexos 5 e 6).

Destaca-se que o polígono judicializado não está abrangido por Unidades de Conservação (UC), mas está localizado em zona de amortecimento e próximo aos limites de Unidade de Proteção Integral (Parque Estadual da Serra do Mar), bem como adjacente à Terra Indígena (TI) Piaçaguera, demarcada e homologada, da etnia Guarani-Nhandeva, considerada Zona Especial de Reserva Florestal Biológica pelo macrozoneamento definido na Lei Complementar n. 100/07.

No que se refere à caracterização ambiental, o polígono judicializado é marcado por vegetação formada por Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, especificamente

Floresta Alta de Restinga, secundária, em estádios médio e avançado de regeneração, relativamente próximas às formações de transição restinga-encosta situadas no início da Serra do Mar. Trata-se do Bioma Mata Atlântica, especialmente protegido pela Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica). Ainda, encontram-se presentes cursos d'água naturais e perenes (sub-bacia do Rio Preto), com consequente ocorrência de Áreas de Preservação Permanente (APPs), conforme as disposições da Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (Código Florestal). O relevo é predominantemente plano, formado por planícies e terraços fluviais e marinhos, com presença de morrotes com altitude máxima de 64m. Também, área é caracterizada pela ocorrência de espodossolos, pela presença de areias marinhas litorâneas, sedimentos marinhos e lagunares indiferenciados, bem como migmatitos diversos, existindo locais que variam de média a alta susceptibilidade à inundação, não constitui área susceptível a enxurradas e de modo geral apresenta baixa susceptibilidade a movimentos de massa.

Acrescenta-se ao mencionado a existência de espécimes vegetais de ocorrência endêmica e grande diversidade de animais que compõe a fauna específica do bioma. Enfatiza-se que toda a área apresenta regime especial de proteção nos termos da Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Pode-se constatar que uma grande parte da cobertura vegetal encontra-se em estágio avançado de regeneração e que, de acordo com a Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006 e a Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012, não será possível a obtenção de licenças para exploração desta vegetação.

No aspecto social, o polígono em questão caracteriza-se pela presença de pequenos produtores rurais atualmente capacitados para a implementação de práticas agroecológicas, recebendo incentivos pela prestação de serviços ambientais oriundos da conservação de remanescentes florestais da Mata Atlântica, restauração de ecossistemas degradados e conversão produtiva (sistema agroflorestal e silvipastoril), por meio do projeto do governo federal com aportes internacionais denominado Projeto Conexão Mata Atlântica.

Nesse espaço territorial há inúmeros conflitos socioambientais e fundiários marcados por constantes ameaças de invasão/ocupação antrópica irregular e desordenada do território, instalada a partir da supressão e impedimento de regeneração, sem licença, de vegetação nativa de especial proteção do bioma da Mata Atlântica; demarcação irregular da área em lotes destinados à ocupação; aberturas de vias, propiciando a ocupação desordenada com o parcelamento do solo e a venda de lotes pelo comércio clandestino; utilização de mourões de madeira nativa para delimitação; deposição de aterro e resíduos

de construção civil; queimadas; estabelecimento de edificações; ligações clandestinas de energia elétrica; sinais de circulação de máquinas, além de placas, encontradas em diversos pontos, ofertando terrenos na região².

A situação dominial do polígono judicializado também evidencia o equívoco das escolhas dos elementos normativos para orientar a política de uso e ocupação do solo propostas na reformulação do plano diretor para a área em referência, na medida em que o polígono integra gleba do acervo do Espólio de Leão Benedito de Araújo Novaes, cuja ação de inventário está em trâmite desde 1974, sob nº de processo 0417165-03.1974.8.26.0100, na 4ª Vara da Família e Sucessões - Foro Central da Comarca de São Paulo – Capital (anexo 7).

Com efeito, observa-se que a expansão da Macrozona de Recuperação Urbana sobre o polígono judicializado não considera as dimensões ambientais, sociais, culturais e históricas da área, o que inviabiliza a compatibilização das intenções do planejamento urbano e territorial com a realidade socioespacial encontrada.

Ainda, a expansão do perímetro urbano sobre o polígono impactará diretamente a Terra Indígena, na medida em que, por ser adjacente à Zona Especial de Reserva Florestal Biológica (TI Piaçaguera), a alteração acarretará prejuízo à funcionalidade das diversas parcelas do território municipal, e, reflexamente, estará desobedecendo decisão judicial imposta à Prefeitura Municipal de Peruíbe, na Ação Civil Pública, Processo n. 0004708-56.2008.8.26.0441 da 2ª Vara Cível³, decorrente de proposta de alteração de diretrizes do macrozoneamento e a instituição de um plano de urbanização em desacordo com a legislação e em detrimento ao patrimônio imaterial do Município (anexo 8).

Não obstante, a proposta de macrozoneamento **expande a Macrozona de Recuperação Urbana para o Setor de Amortecimento do Parque Estadual Serra do Mar**, o que acarretará, por óbvio, impactos negativos à ambiência da Unidade de Conservação.

Dessa forma, conclui-se que a proposta de alteração do plano diretor apresentada pela municipalidade não está baseada em nenhum critério técnico, razoável e justificável.

² Vide os dados referentes aos Autos de Infração Ambiental lavrados pela Polícia Militar Ambiental constantes na Informação Técnica 163/2019 do CTRF que instrui a petição inicial da ação civil pública do Processo Digital nº: 1003139-17.2019.8.26.0441 da 1ª Vara Cível.

³

No mesmo sentido, a sociedade civil considera temerária e erro grosseiro a apresentação de uma proposta de planejamento do ordenamento territorial, para os próximos 10 anos, que desconsidere ou contrarie as obrigações e imposições legais e judiciais assumidas pela municipalidade – muitas na condição de ré e condenada – diante de o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Diante disso os integrantes deste colegiado requerem:

- 1) Que a Municipalidade considere os limites do polígono judicializado para a criação e inclusão de uma nova categoria no macrozoneamento que, necessariamente, deverá ser elaborada a partir de um diagnóstico do uso e ocupação do solo do polígono em questão para a adequada implementação de políticas públicas do ordenamento territorial municipal, considerando as informações apresentadas acima;
- 2) Que o poder público municipal reconsidere o trajeto de expansão do perímetro urbano em direção do Parque da Serra do Mar até que a Fundação Florestal manifeste-se tecnicamente sobre os impactos negativos incidentes sobre a Unidade de Conservação;
- 3) Que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura produza manifestação técnica diante de o impacto das alterações propostas para o macrozoneamento da minuta de revisão do plano diretor nas áreas tombadas pelo CONDEPHAAT;
- 4) Que, considerando o fato de 70% do território municipal abrigar o Bioma da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados e que, até o momento, a manifestação técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura se restringiu à proposta redacional dos arts. 44 e 45 do plano diretor, o colegiado requer a participação desta pasta nesse processo de revisão do instrumento de gestão do ordenamento territorial a fim de que apresente parecer técnico sobre as propostas apresentadas acima, indique os principais marcos regulatórios ambientais positivados entre 2007 e 2021 (período compreendido entre a promulgação do Plano Diretor em vigência e a revisão) e sinalize pela necessidade de sua aplicação na minuta proposta pela municipalidade, e apresente as considerações que julgar necessárias (anexo 9).
- 5) Que seja apresentada a manifestação técnica - não opinativa da FF -, na medida em que a reclassificação proposta versa sobre área abrangida pela Zona de Amortecimento do Parque da Serra do Mar, em especial, no que se refere à proposta de expansão da Macrozona de Recuperação Urbana.